



REDE URBANA DO VALE DO JIQUIRIÇÁ: UMA ANÁLISE SOBRE SUAS MUTAÇÕES TERRITORIAIS

Letícia Mascarenhas Santos de Souza¹
IF Baiano, Campus Santa Inês
letymascarenhas@hotmail.com

Mirele Saiara Santos Ribeiro²
IF Baiano, Campus Santa Inês
mirelesaiara_ribeiro@outlook.com

Uelington Silva Peixoto³
Mestre em Planejamento Territorial
Professor EBTT, IF Baiano, Campus Santa Inês
Geo_peixoto07@hotmail.com

RESUMO:

A lógica capitalista envolve e coordena as dinâmicas do mundo, de uma forma tão incisiva, que mudanças ocorridas nas esferas econômicas e decorrentes de modificações técnicas, refletem em toda a dinâmica territorial do planeta. De maneira geral, uma tendência que pode se observar com o advento de novas técnicas, é que os territórios necessitam estar interligados por redes, as quais permitem que modificações ocorridas, por exemplo, na esfera de circulação, ocasionem transformações na rede urbana de determinada região e na hierarquia das cidades. Atualmente tem se notado um processo de descentralização e dispersão na organização da rede urbana de cidades da Bahia com a ascensão de novos polos em áreas distintas do estado. A emergência de cidades em função do agronegócio, turismo e investimentos estatais tem criado novos subcentros regionais que funcionam como supridores de necessidades, feito antes apenas pela capital. Esse cenário pode ser observado em toda Bahia. No caso estudado observou-se um processo de reestruturação econômica à regional, o qual reorganizou a lógica da rede urbana do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, promovendo a ascensão de novos municípios. Nesse contexto, este trabalho pretende identificar os fatores que contribuem na produção do espaço geográfico na rede urbana do Vale do Jiquiriçá. Os procedimentos metodológicos basearam-se principalmente na revisão de literatura, concentrando os estudos em obras atuais, e na elaboração de fichamentos e resenhas, foram utilizadas também técnicas de Geoprocessamento para cartografia digital da área analisada.

PALAVRAS-CHAVE: Rede urbana. Território. Vale do Jiquiriçá

EIXO: 1



INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto dos trabalhos realizados no âmbito do Grupo de pesquisa intitulado “Vale do Jiquiriçá: Território, desenvolvimento e meio ambiente”, no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano, campus de Santa Inês. A mesma se configura como um esforço de discutir as dinâmicas territoriais do Vale do Jiquiriçá e suas implicações na sociedade local e regional.

Por essa linha, discutir as nuances em torno das redes urbanas na atualidade remete a um estudo amplo e de fundamental importância para o indivíduo. A rede urbana tem sido considerada na atualidade com a forma de articulação intra e extra urbana responsável pelos modos de vidas das pessoas e pela forma como a atividade comercial vem se articulando.

Entende-se por rede urbana a articulação socioespacial entre as cidades, interligadas pelos fluxos (comércio, rodovias, ferrovias, hidrovias, telecomunicações, circulação de pessoas) que dão forma a produção do espaço geográfico. As redes urbanas são própria especialização técnica do capitalismo, o qual necessita cada vez de articulações intensas para se reproduzir e dá continuidade aos lucros do sistema.

O caso em questão se debruça em estudar a rede urbana das cidades do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá. No referido território, composto por 21 municípios, há uma notável interação entre eles, muito em função da vasta rede de transporte e da circulação de pessoas e mercadorias. São vários os fatores que condicionam os fluxos na região, a exemplo das feiras livres, comércio e turismo. A verdade é que o Vale do Jiquiriçá tem se integrado cada vez mais com o passar dos anos.

No entanto, é possível notar certa especialização na rede urbana local, pois alguns municípios vêm buscando assumir o papel de centros regionais, polarizando e organizando o espaço geográfico das cidades menores. É claro que no Vale não existem grandes cidades, porém as fragilidades dos pequenos municípios tem possibilitado o potencial de influência de alguns centros urbanos.

É a partir desse contexto que o presente trabalho ganha relevância, ao passo que se debruça em analisar de que maneira as territorialidades da rede urbana do Vale do Jiquiriçá interferem na produção do espaço da região. Para isso, será necessário identificar as principais



cidades na teia urbana, verificar os fatores urbanos que definem as principais cidades, quais os principais fluxos na rede urbana da região e por fim, quais implicações sociais a partir da atual configuração da rede urbana do vale do Jiquiriçá.

Para atingir os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos foram divididos em duas etapas. Primeiramente, foram realizadas consultas a autores clássicos e contemporâneos referentes a temática pesquisada, com posterior construção de fichamentos e resenhas. Posteriormente, foram coletados dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e processados na base cartográfica do software Terra View, culminando na elaboração dos mapas.

REDES E TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Compreender as questões relacionadas ao território e o planejamento territorial remete a um estudo amplo e de fundamental importância para a sociedade. Discussões dessa natureza merecem mais relevância dentro do universo de análise da Geografia, pois se caracterizam numa forma dessa ciência contribuir para melhoria de vida das populações. É importante destacar a solidez dos debates em torno do território realizado por autores como Milton Santos, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Claude Raffestin, entre outros.

Inicialmente, para Santos (2006, p.16) o espaço é o resultado da relação entre sociedade e natureza mediada pelas técnicas. Dessa forma, a produção do espaço acontece pelas interações que o homem exerce sobre o meio, com auxílio da dimensão técnica, que para o autor “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2006, p.16).

Nesse contexto, podem existir várias dimensões representativas das técnicas, tanto quanto existem possibilidades de interações do homem com o meio. Uma rodovia, por exemplo, pode ser considerado um instrumento técnico, ao passo que desenvolve relações com a sociedade e com a natureza. Interpretação similar foi realizada por Haesbaert(2007, p.3)quando o autor apresenta o conceito de territorialidade, como sendo,

a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam



a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar

A compreensão desses conceitos, tendo em vista o que está proposta nessa pesquisa, remete a uma apreciação mais rígida acerca das concepções sobre território e redes, pois será necessário compreender como o segundo pode agir na produção do primeiro. Sobre território, Souza (2005, p. 78) define território como o “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”

O território, como categoria de análise geográfica aparece como produto social sob a natureza, ou seja, território é natureza, seja natural ou artificial, sendo que a segunda é essencial para existência da primeira. Por outro lado, Ratzel (1988) analisa o conceito de território do ponto-de-vista dos Estados-nações. Para esse referido autor, território deve ser observado na dimensão política, como sendo determinante para delimitar as fronteiras e para exercer poder e solidificar a força dos países. Análise similar foi realizada por Souza (2000), quando o autor analisou os agentes de territorialização nas favelas do rio de janeiro e conclui que, essencialmente, território é fruto de relações de poder.

Já Haesbaert (2004) concorda que sob qualquer ótica o território deve ser enxergado como fruto de relações de poder e vai mais longe. O referido autor inclui o conceito de desterritorialização, acreditando que existem agentes simbólicos e culturais, abstratos, que tornam as fronteiras territoriais ao critério da ação subjetiva, o território usado. É por essas linhas que ganhar força a dimensão da territorialização de uma rede urbana, afinal suas estratégias exercem poder na produção do espaço geográfico.

Por outro lado, Raffestin (1993), em consonância com o pensamento de Santos (1994) observa o território como o produto não apenas da interação, mas da ação social sob a natureza, sendo essa ação condição preponderante para produção do território. Por essa concepção Hasbaerte (2007) discute a idéia de território usado, como um híbrido e influência pela ação de pessoas.

Sobre a produção do território, a literatura nos assevera que podem existir vários fatores, como culturais, sociais, uso do poder e até mesmo a própria identidade. Para Raffestin (1993) as redes também podem ser consideradas como um agente de territorialização, tendo em vista seu potencial de organização e polarização do espaço. Segundo ele,



Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [Henri] Lefébvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam”. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN,1993, pp 143-144).

Esse ideário trazido pelo referido autor demonstra como as rodovias, meios de comunicação, redes de transportes são importantes na articulação e produção do território. Dessa forma, as seções seguintes desse texto buscaram evidenciar essa importância, atentando para o Vale do Jiquiriçá.

REDE URBANA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Nos últimos anos o mundo vem se transformando em função de eventos que marcaram a consolidação da contemporaneidade. Pode até se falar em eventos fundadores do mundo contemporâneo, como por exemplo, Revoluções Industriais, Revolução Francesa, Guerra Fria e, sobretudo avanço na urbanização.

Atualmente mais da metade da população mundial vivem nas cidades, quando não moram, utilizam os equipamentos urbanos, trabalham nas cidades, passam férias, são atingidas pelo fascínio de morar na cidade, em fim, pode-se dizer que todo o planeta é influenciado pelos aglomerados urbanos. Bom também ressaltar que a concepção de espaço urbano vem se modificando entre os geógrafos, pois o campo está tomando novos contornos com a ascensão da Globalização.

É fácil encontrar em meio a estruturas rurais solidificadas, até mesmo as mais tradicionais, traços da cidade, como supermercados, bares, praças, peculiaridades do espaço urbano sob a população campestre. Silva (1997) chama essa dinâmica de novo rural, pois ele acredita que o espaço rural mundial se urbanizou em função do acentuado processo de industrialização e modernização agrícola. O autor chama atenção para o transbordamento dos limites da cidade, acreditando que não se pode mais determinar o que é rural e o que é urbano.



Por outro lado, alguns autores trabalham com o conceito de “rururbano”, fazendo menção a articulação entre cidade e campo. Dessa forma, chega-se a falar em campo como contorno da cidade, pois um se confunde muito com o outro. É notório que atualmente a população rural está vivendo com traços do regime de vida urbano, haja vista que internet, TV, já são comum em povoados. Santos (2005) já apontava para essa realidade, quando trabalhou com o conceito de Brasil Agrícola e não mais Brasil Rural, acreditando que o campo era uma união entre práticas agrícolas e aspectos urbanos.

Essa explosão urbana ganha ainda mais relevância para a ciência geográfica ao passo que se pretende entender a epistemologia do capitalismo. Esse sistema busca cada vez mais a integração e articulação, por isso são comuns Blocos Econômicos, avanço das relações diplomáticas, entre outros, e no caso do urbano a maior expressão são as redes urbanas formadas no território. As cidades não podem viver sozinhas, pois necessitam de articulações e trocas diariamente, sendo ligadas por redes de estradas, telecomunicação, que realizam o fluxo de pessoas, bens, informações e capital pelo espaço geográfico. Sobre o conceito de rede urbana, Corrêa (1989) acredita que as cidades se organizam pela própria especialização funcional, ou seja, alguns centros ganham mais relevância em determinadas áreas do que outros e vice versa. Assim, as cidades buscam realizar trocas consistentes para que o ciclo econômico seja preenchido e cada uma consiga reverter suas fraquezas econômicas. Para o autor,

A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho. É um reflexo a medida que, a razão de vantagens locais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos. (1989, p. 48)

A formação de uma rede urbana se dá por decorrência justamente dessa especialização funcional e locacional. Por exemplo, no estado da Bahia, as cidades mais interioranas se especializaram na produção e exportação de produtos agrícolas, ao passo que as cidades litorâneas se transformaram em portos fluviais, que veio a servir de ponto de escoação para os produtos do interior. Assim, a rede urbana se formou sob uma estrutura mercantil agroexportadora, e foi por muito tempo a principal organização econômica do país, que deixou reflexos até hoje.

Ainda com o Capitalismo, sabe-se que esse sistema se sustenta na desigualdade e concorrência, e a rede urbana recebe reflexos sob sua configuração. Ao passo que as cidades vão se interligando, umas ganham mais relevância econômica que outras, os investimentos de



empresários aumentam e o comércio tende a ficar mais forte, além disso, cria-se um espaço propício para o aumento da atividade industrial e, assim, torna essas cidades os centros da rede urbana. Essa conjuntura vai desenhando a hierarquia na rede urbana, e algumas cidades se tornam os polos centrais, organizando e polarizando o espaço regional produzido.

As cidades tidas como centrais na rede urbana são revestidas por serviços que atraem a população das cidades vizinhas e cada vez mais sua hegemonia vai sendo ressaltada. Geralmente, as cidades centrais ganham também em contingente populacional e em fomentação comercial. Vale lembrar também que essas cidades vão configurando-se como as principais do estado e do país, pois tornam-se fornecedoras de suporte para cidades próximas, tirando a necessidade de uma comunicação mais efetiva com a capital.

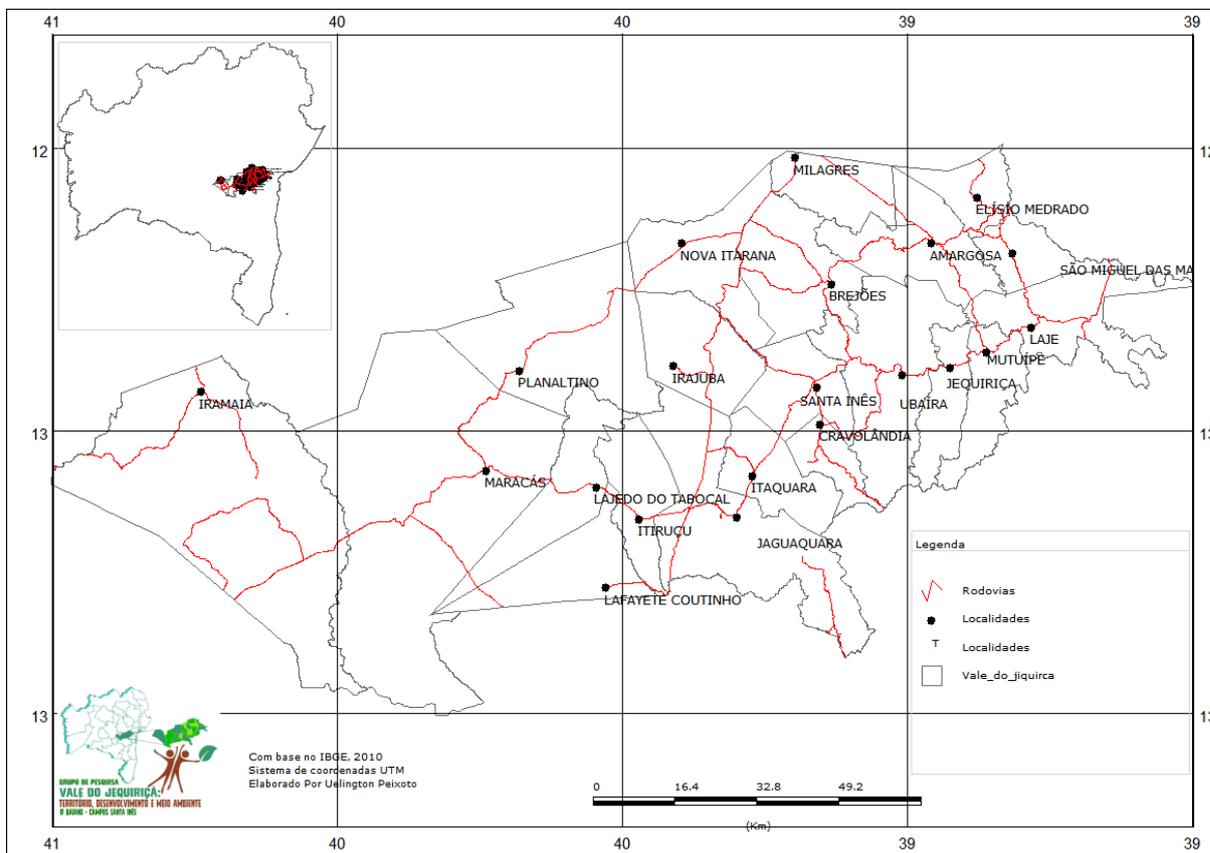
Nesse sentido, é evidente que quanto mais cidades centrais dentro da rede urbana do estado, maior será a oferta e também a desconcentração urbana. Dentro de uma escala estadual, por exemplo, existe uma rede urbana macro com todas as cidades do estado, mas também existem pequenas redes urbanas em determinadas regiões com uma dinâmica peculiar e com suas cidades centrais.

AS INTERFACES NA REDE URBANA DO VALE DO JQUIRIÇÁ

Dessa forma, buscando concentrar os esforços do presente trabalho na configuração espacial da rede urbana do Vale do Jiquiriçá, é preciso inicialmente caracterizar para o leitor como se apresenta essa região. O vale é composto por 21 municípios, sendo que nenhuma se configura como uma cidade média, ou seja, tem mais de 100.000 habitantes.



Figura 1. Vale do Jiquiriçá



Fonte. Com base no IBGE, 2010. Elaborado por Uelington Peixoto

Tendo em vista essa realidade, o mais correto, pelos padrões do estado, seria certa homogeneidade entre todos os municípios. Acredita-se, conforme a literatura assevera (Crustaller, 1999), que as cidades estão condicionadas as localidades centrais, ou seja, centros urbanos que concentram a circulação de pessoas e mercados em uma rede urbana. Não obstante, existe cidades como Valença, Santo Antônio de Jesus, Jequié e Gandu que podem exercer esse papel de localidades centrais.

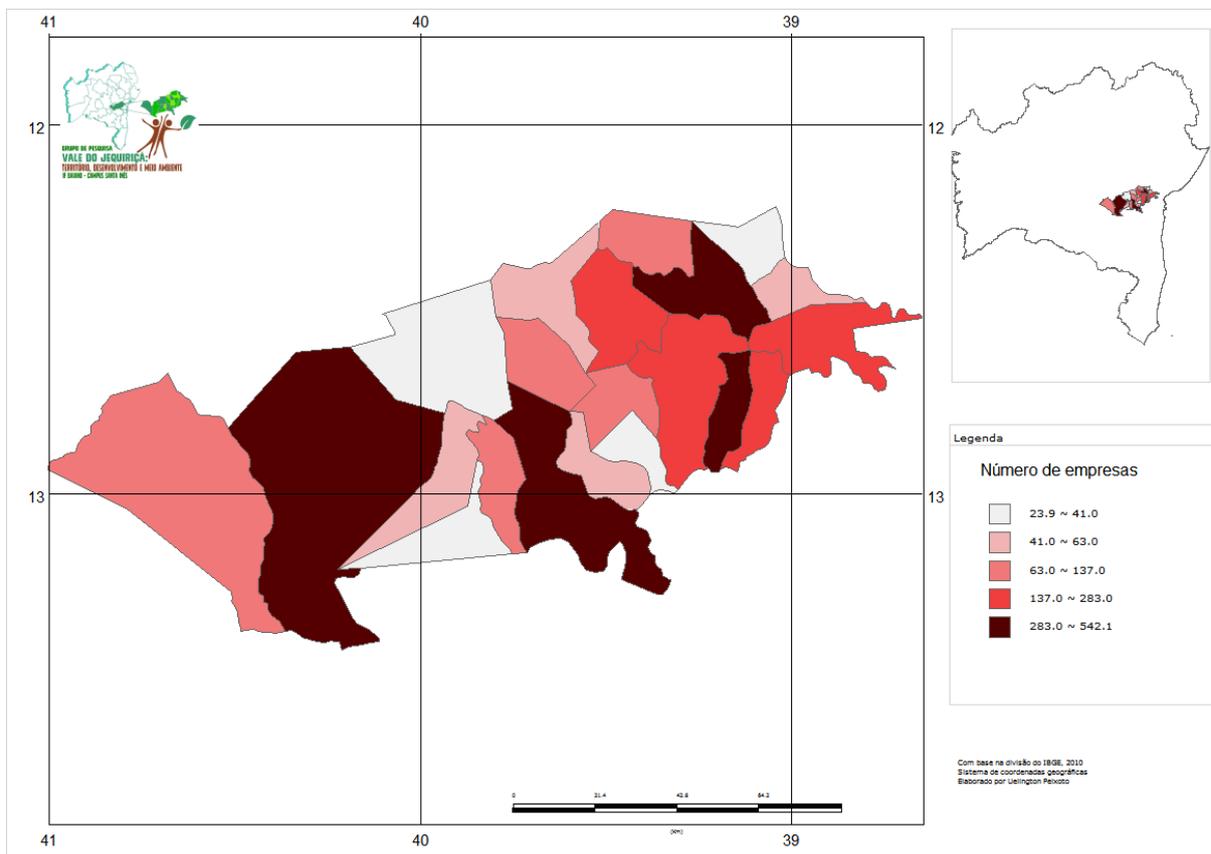
O que acontece na verdade no Vale do Jiquiriçá é uma dinâmica que se não for contraditória, pelos menos denota outras análises. Primeiramente, a regionalização criada para os Territórios de Identidades dispõe de uma metodologia confusa em certos momentos, a exemplo da região de estudo, na qual alguns municípios não detém um diálogo intenso, seja pela distancia, seja pela incompatibilidade da realidade social.



Com isso, o Vale acaba se subdividindo em quatro subcentros, cada um com uma cidade polarizadora. Bem verdade que não existe nenhuma cidade na região com as características de localidade central, entretanto a fragilidade das demais as torna com essa natureza. Nessa perspectiva, a região tem se organizado com essa configuração e merece esforços da análise geográfica.

Quando determinadas variáveis são postas na base cartográfica, os mapas são muitos reveladores de algumas questões. A figura 2, por exemplo, apresenta o comparativo entre o número de empresas no Vale, o que pode servir com fator de atração populacional e comercial. Segundo o mapa, os municípios de Maracás (Planaltino, Iramaia, Lajedo do Tabocal e Lafaiete Coutinho), Jaguaquara (Cravolândia, Santa Inês, Irajuba, Itaquara, Itiruçu), Amargosa (Nova Itarana, Brejões, Milagres, Elísio Medrado e São Miguel das Matas) e Ubaíra (Mutuipe, Laje, Jiquiriçá) se sobressaem e podem ser as cidades centrais das cidades vizinhas.

Figura 2. Comparativo entre o número de empresas das cidades do Vale



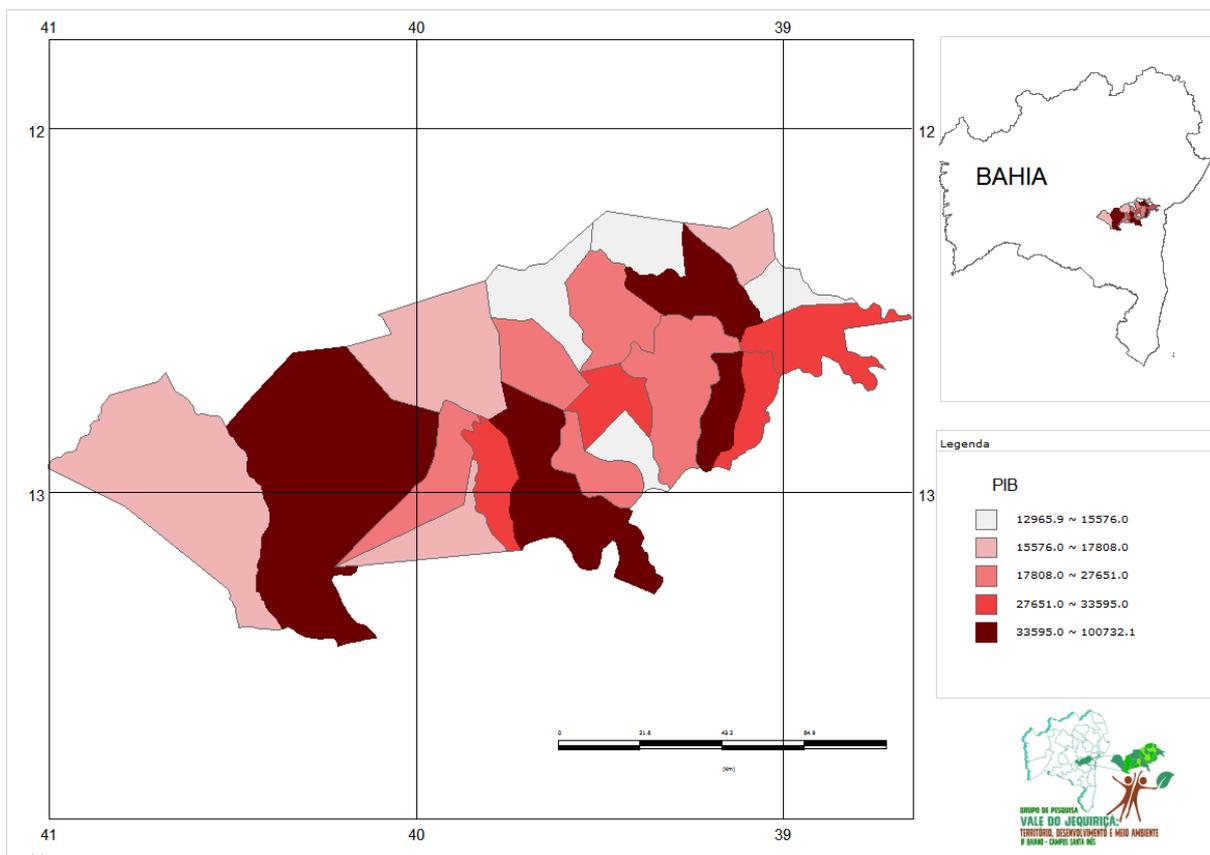
Fonte. Com base no IBGE, 2010. Elaborado por Uelington Peixoto



O referido mapa, por si só, não comprova essa tese, porém, serve com forte indício das nuances na rede urbana local. É comum que as redes urbanas são fator de polarização do espaço geográfico e forma de apropriação econômica das cidades. Assim sendo, entende-se que as cidades centrais também devem apresentar o Produto Interno Bruto elevado em relação as demais, pelo fato da grande circulação de pessoas e mercadorias.

Evidentemente que isso não se configura numa regra geral, aplicável à todas as realidades, porém é exatamente dessa forma que ocorre no Vale do Jiquiriçá. As mesmas cidades, tidas como centrais no mapa anterior aparecem na figura 3, pelo fato de aparecer com maior PIB na hierarquia das cidades do Vale do Jiquiriçá.

Figura 3. Comparação entre o PIB das cidades do Vale



Fonte. Com base no IBGE, 2010. Elaborado por Uelington Peixoto



Ambos os mapas são indicadores da força econômica das cidades em questão na rede urbana local. Além disso, pode-se mencionar a articulada rede de transportes alternativos alocada na região, que diariamente transportam centenas de pessoas para as cidades centrais, em busca de trabalho ou de compras no comércio. Bom lembrar que esse é um fator condicionante da hierarquia das cidades na rede urbana.

CONSIDERAÇÕES

As considerações preliminares apresentadas no referido trabalho são parte de um esforço em busca de discutir a dinâmica da rede urbana do Vale do Jiquiriçá. É evidente que ainda existem muitas questões para serem tratadas e a intenção dessa pesquisa é levantar tais questionamentos.

Ficou evidente que algumas cidades se sobressaem em relação as demais, conformes os dados econômicos apontaram nos mapas. Alguns municípios se apresentam com grande poder de centralização e atração de pessoas e mercadorias, que merece mais esforços para comprovar tal tese na perspectiva geográfica.

Mais questões vão emergindo em torno da estrutura da região. Alguns municípios, como Cravolândia e Jiquiriçá não passam dos 15.000 habitantes e apresentam um comércio bem embrionário no seu desenvolvimento. Dessa forma, é possível se questionar quais fatores contribuem para essa realidade e quais prospecções podem ser realizadas para os próximos anos nessas cidades e nas demais da região.

Além disso, até que ponto as grandes cidades do entorno do Vale do Jiquiriçá conseguem emitir influências nas pequenas cidades mais próximas? Esse inquietante parte muito em função da sólida rede de transportes entre cidades como Laje, Mutuipe e São Miguel das Matas com a cidade de Santo Antônio de Jesus.

Além disso, de que maneira as feiras livres interferem na dinâmica da rede urbana do Vale do Jiquiriçá? Sabe-se que no Vale há o Centro de abastecimento em Jaguaquara que emite certa polarização na região. Para, além disso, há influência de grandes feiras livres com as das cidades de Vitória da Conquista, Jequié, Santo Antônio de Jesus e Valença.

E mais, como os serviços públicos, centralizados nas grandes cidades pelo Estado podem contribuir para a organização da rede urbana em questão. Há casos como o SAC e o



INSS em Santo Antônio de Jesus e em menor escala a previdência social em Mutuipe que atende Laje e Ubaira.

REFERÊNCIAS

BAHIA, **Cooperativa de produtores de Amido (COOPAMIDO)**. Disponível em: <http://www.bahiamido.com.br/coopamido_institucional.php>. Acesso: 05. set. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato **A rede urbana**. São Paulo: Ática. 1989

HAESBAERT, Rogerio. “Gaúchos” e baianos no “Novo” Nordeste: entre a Globalização Econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elia de; GOMES, Paulo Cesar da; CORREA, Roberto Lobato. **Brasil: questões duais da regionalização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBART, R. **Território e Multiterritorialidade**: um debate. *Geographia*, ano IX, n.17, 2007.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre a redes e os aglomerados de exclusão. In: Iná Elias de. **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo de 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo2010. Acesso em: fevereiro, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Censo agropecuário de 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo2006. Acesso em: Outubro de, 2015



IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Laje- BA: Histórico. Brasília. 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/saofelipe.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2012

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Géographie politique**. Paris, EditionsEconomica, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.**- 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-20.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. IN: Revista Nova Economia. v. 7, n.1, Belo Horizonte, maio/1997. pp. 43-81

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Iná Elias de. Etal: **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.